

A Alemanha como problema

Debate União Europeia Boaventura Sousa Santos

O maior problema da Europa não é Grécia. É a Alemanha. Há pouco mais de dois anos (5 de Maio de 2013) publiquei um texto neste jornal intitulado O Diktat Alemão no qual descrevia as justificações dadas pela Alemanha no início da Primeira Guerra Mundial para as atrocidades que cometeu contra um pequeno país, a Bélgica, que se recusara a colaborar com os seus desígnios bélicos.

O modo destemperadamente cruel como a Alemanha se está a vingar de um acto de desobediência de um outro pequeno país, a Grécia, obriga-nos a rever a história recente da Europa e, a partir dela, a pensar o nosso futuro comum. Não se trata de ressuscitar fantasmas há muito enterrados e muito menos de supostos sentimentos anti-germanistas que só poderiam accionar, por oposição, sentimentos filogermanistas. Isso aconteceu há setenta anos e as discussões havidas de pouco valeram aos povos europeus (e não europeus) massacrados por uma guerra cruenta. Trata-se apenas de rever as soluções que foram dadas ao problema alemão depois da Segunda Guerra Mundial, de analisar os seus limites e imaginar outras possíveis soluções.

O problema alemão sempre foi o de ser grande de mais para a Europa e pequeno de mais para o mundo. De um lado, o expansionismo dos impérios alemão e austro-húngaro, do outro, uma das mais pequenas potências coloniais europeias, com um curto período colonialista (1884-1919), e sem sequer deixar a língua alemã entre os colonizados, ao contrário do que aconteceu com as outras potências europeias. Para não falar da guerra franco-prussiana (1870-1871), dominada pelo desejo de Bismarck de unificar a Alemanha sob a égide da Prússia e pelo temor da França de que daí adviesse um excessivo domínio alemão sobre a Europa, a arrogância bélica da Alemanha nas duas guerras mundiais do século XX causou uma devastação sem precedentes. Só na Segunda Grande Guerra morreram 60 milhões de pessoas, 3% da então população mundial. Em 1945, a solução encontrada para conter o problema alemão foi a divisão da Alemanha, uma parte sob controle soviético e outra, sob controle ocidental. Esta solução foi eficaz enquanto durou a guerra fria. Com a queda do Muro de Berlim (1989) e a subsequente reunificação da Alemanha houve que encontrar outra solução.

Deve notar-se que a reunificação da Alemanha não foi desenhada como um novo Estado (como muitos democratas da Alemanha Oriental queriam) mas sim como

uma ampliação da Alemanha Ocidental. Isso levou a pensar que a solução estava afinal encontrada desde que em 1957 se criara a Comunidade Económica Europeia (mais tarde União Europeia), com a participação da Alemanha Ocidental e com o objectivo, entre outros, de conter o extremo nacionalismo alemão. A verdade é que esta solução funcionava “automaticamente” enquanto a Alemanha estivesse dividida. Depois da reunificação, ela dependeria da autocontenção da Alemanha. Esta autocontenção foi durante os últimos vinte e cinco anos o terceiro pilar da construção europeia, sendo os outros dois o consenso nas decisões e a progressiva convergência entre os países europeus. O modo como foi sendo “aprofundada” a UE foi revelando que os dois primeiros pilares estavam a ceder e a criação do euro deu um golpe final no pilar da convergência. A importância transcendente da crise grega é a de revelar que o terceiro pilar também ruuiu. Devemos aos gregos o trágico mérito de mostrar aos povos europeus que a Alemanha não é capaz de se autoconter. A nova oportunidade dada à Alemanha em 1957 acaba de ser

desperdiçada. O problema alemão está de volta e não augura nada de bom. E se a Alemanha não é capaz de se autoconter, os países europeus têm rapidamente de a conter. O antigo chanceler alemão, Helmut Schmitt, viu este perigo com ímpar lucidez ao afirmar há muitos anos que, para seu próprio bem e o bem da Europa, a Alemanha não devia sequer tentar ser o primeiro entre iguais. Mal podia ele imaginar que a Alemanha se converteria em poucos anos no primeiro entre desiguais. E não nos sossega pensar que a Alemanha de hoje é uma democracia, se essa democracia for über alles. Não nos esqueçamos de que a terapia da imposição violenta exercida contra a Grécia foi praticada antes contra uma região derrotada da Alemanha, a Alemanha Oriental, durante o processo de reunificação e, de facto, praticada pela mesma personagem, Wolfgang Schäuble, então ministro do Chanceler Helmut Kohl. A diferença crucial foi que, nesse caso, a fúria financeira de Schäuble teve de ser politicamente contida por se tratar do mesmo povo alemão. Os gregos e, daqui em diante, todos os europeus pagarão caro



Devemos aos gregos o trágico mérito de mostrar aos povos europeus que a Alemanha não é capaz de se autoconter



Debate Palavra e pensamento José Miguel Pinto dos Santos

Sempre houve quem considerasse as suas ideias mais importantes que a realidade. E a piada que hoje achamos às tentativas que fizeram para adaptar a realidade aos seus modelos seria mais gozosa não fosse a notícia que temos do sofrimento humano que essas tentativas geralmente causaram. A esta falta de correspondência entre o pensamento e a realidade chamou-se, desde há muito, erro ou insanidade. É-lhe atribuída como causa o uso deficiente da razão.

Também sempre houve quem pensasse que o discurso não tem de corresponder ao pensamento. Embora seja um erro, desde a mais alta antiguidade que políticos e sofistas aplicam com entusiasmo este princípio. À falta de correspondência entre palavra e pensamento, chama-se, com toda a simplicidade, mentira. Daí a fama que os políticos têm de serem sofistas, não no sentido de seguirem uma determinada corrente de



pensamento filosófico, mas com os outros significados consignados pelo dicionário ao termo. A propensão para enganar o próximo é usualmente atribuída a uma patologia da vontade.

No entanto existe ainda outra perversão que junta em si uma imperfeição na razão com um defeito na vontade: a tentativa de alterar a realidade através da alteração da semântica. Quem aplica este truque crê que pode alterar a realidade mudando o significado da palavra que a descreve ou chamando-lhe outra coisa. Não como a bruxa que acredita que consegue transformar um príncipe numa ratazana dizendo “abracadabra”, mas como o legislador, sociólogo ou economista que acredita que consegue transformar um príncipe numa ratazana se chamar ratazana ao príncipe; ou se definir príncipe como “fêmea de pequeno mamífero roedor da família dos murídeos”.

Esta perversão sempre foi apanágio das quintas dos porcos orwellianas. No entanto, aos poucos tem vindo a infetar até as democracias. Conta-se que, já no séc. XIX, Abraham Lincoln (1809-1865) achou necessário perguntar num julgamento: “Quantas pernas tinha o cavalo?” “Quatro”, respondeu a testemunha. Inquiriu Lincoln: “E se chamássemos perna à cauda, quantas pernas tinha o cavalo?” “Cinco”, acedeu facilmente a outra. “Não,” bradou Lincoln, “chamar perna à cauda não faz da cauda uma perna.” Quando achar que uma palavra está a ser usada sistematicamente de um modo estranho confie no seu instinto: será menos um lapso do orador do que o orador a tentar transformar um príncipe numa ratazana. Mas para salvar o príncipe basta que não lhe chamemos ratazana.

por não serem alemães. Isto, a menos que a Alemanha seja democraticamente contida pelos países europeus. Não vejo muitas vantagens em reagir defensivamente com o regresso ao soberanismo. Em verdade, o soberanismo está já instalado na Europa, só que sob duas formas: o soberanismo ofensivo dos fortes (encabeçado pela Alemanha) e o soberanismo defensivo dos fracos (tentado pelos países do sul, a que se junta, ainda meio atordoada, a própria França). No contexto europeu, o soberanismo ou o nacionalismo entre desiguais é um convite à guerra. Daí que, por mais ténue que seja a possibilidade de êxito, há que tentar reconstruir a União Europeia sobre bases democráticas, uma Europa dos povos onde deixem de dominar burocratas cinzentos e não eleitos ao serviço dos clientes mais fortes ante a distração fácil de representantes democraticamente eleitos mas politicamente desarmados.

Estas soluções não resolverão tudo pois o problema alemão tem outras dimensões, nomeadamente culturais e identitárias, que se revelam com particular virulência em relação aos países europeus do sul. Em carta dirigida ao seu amigo Franz Overbeck, em 14 de Setembro de 1884, Friedrich Nietzsche zurzia “o medíocre espírito burguês alemão” pelo seu preconceito contra os países do sul da Europa: “frente a tudo o que vem dos países meridionais assume uma atitude entre a suspeita e a irritação e só vê frivolidade... É a mesma resistência que experimenta em relação à minha filosofia... O que detesta em mim é o céu claro”. E concluía: “um italiano disse-me há pouco: ‘em comparação com o que nós chamamos céu, o céu alemão é uma caricatura’”. Traduzido para os tempos de hoje, é crucial que os europeus do sul convençam os alemães de que o céu claro do sul não está apenas nas praias e no turismo. Está também na aspiração do respeito pela diversidade como condição da paz, da dignidade e da convivência democrática.

Director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Professor de Finanças, AESE